



Nova Russas
PREFEITURA

Gestão
de Todos

+Empenho
+Resultados



Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo Nº 0000520250408000440



Unidade responsável

Secretaria da Juventude, Turismo e Desporto

Prefeitura Municipal de Nova Russas



Data

09/06/2025



Responsável

Guilherme Vieira Pinto Da Silva

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Administração Pública do município de Nova Russas/CE viabiliza a necessidade de recursos humanos especializados para atender à crescente demanda por programas esportivos estruturados, conforme consolidado no processo administrativo nº 0000520250408000440. Tal demanda está diretamente relacionada à necessidade de implementar e desenvolver atividades esportivas regulares que promovam o bem-estar da população, em parceria com o Ministério do Esporte através do Convênio nº 950620/2023. Este quadro resulta em um descompasso entre a quantidade de profissionais disponíveis e os requisitos técnicos atualizados necessários para atender as demandas da comunidade, impactando negativamente a capacidade de prover serviços esportivos de qualidade.

A não realização desta contratação pode levar à interrupção de serviços essenciais ao bem-estar coletivo, como a formação de jovens atletas e a organização de eventos esportivos no município. Além disso, resultaria na ineficiência na utilização dos recursos destinados ao convênio, prejudicando o cumprimento das metas estratégicas de desenvolvimento esportivo local. A situação atual, de carência de profissionais especializados, compromete a inclusão social e a promoção de saúde e disciplina entre jovens e crianças, objetivos primordiais para o crescimento comunitário harmonioso e seguro.

Com a contratação de profissionais especializados, pretende-se garantir a continuidade de programas esportivos de qualidade, alinhando-se com as metas públicas de promoção da saúde, educação e inclusão social. A execução bem-sucedida destes programas está vinculada ao alcance dos objetivos estratégicos da Administração Municipal de Nova Russas/CE, proporcionando não apenas desenvolvimento esportivo, mas também formação cidadã integral, em conformidade com o interesse público preconizado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.



Rua Padre Francisco Rosa, 7388
Centro - CEP 62200-000 - Nova Russas/CE
55 3672-1920 • www.novarussas.ce.gov.br

@prefeituradenovarussas



A medida aqui detalhada é imprescindível para solucionar a deficiência de recursos técnicos humanos e assegurar que as necessidades identificadas no processo administrativo sejam atendidas plenamente, proporcionando melhoria contínua nos serviços públicos oferecidos, em conformidade com os princípios do planejamento e da economicidade previstos no art. 11 e na análise integrada do art. 18, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Secretaria da Juventude, Turismo e Desporto	FRANCISCA JESSIKA FERRO CARVALHO

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Administração Pública de Nova Russas/CE identificou a necessidade de contratar profissionais para a implementação e desenvolvimento de programas esportivos, conforme previsto no Convênio nº 950620/2023, com o Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal de Nova Russas. A contratação é motivada pela demanda crescente por atividades esportivas estruturadas, que visam promover a prática esportiva regular, essencial para o bem-estar comunitário e a prevenção de problemas sociais. Indicadores locais demonstram um déficit em atividades esportivas qualificadas, o que reforça a necessidade de um investimento focado em recursos humanos especializados.

Para atender a essa necessidade, os padrões de qualidade exigem que os profissionais, incluindo o coordenador pedagógico, professores de educação física e monitores, possuam formação superior ou estejam regularmente matriculados em cursos pertinentes, demonstrando experiência prática e competência técnica conforme os padrões do setor esportivo. Estes requisitos são fundamentados na necessidade de oferecer programas que atendam aos objetivos estratégicos do convênio, alinhados com os princípios de eficiência e economicidade definidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, além de garantir qualidade e eficácia nas atividades esportivas oferecidas.

A não utilização do catálogo eletrônico de padronização para esta contratação é justificada pela especificidade do objeto, já que a contratação de serviços profissionais não corresponde a itens padronizados, mas sim a critérios técnicos personalizados para o contexto local. As marcas e modelos de equipamentos não são indicados, respeitando o princípio da competitividade e evitando direcionamento, ao passo que os padrões técnicos dos profissionais são imprescindíveis para a eficácia do programa.

A contratação observa mecanismos para eficiência na execução, como exigência de suporte técnico e garantia de qualidade dos profissionais envolvidos. A sustentabilidade é parte integral dos requisitos, seguindo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, com foco na promoção de práticas que minimizem resíduos e infraestrutura de baixo impacto ambiental, alinhadas às necessidades dos programas esportivos.

Os requisitos aqui especificados guiarão o levantamento de mercado, assegurando





que os fornecedores possam atender aos critérios técnicos e operacionais necessários, sem antecipar a solução final mas garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa, conforme estabelecido pelo art. 18 da Lei nº 14.133/2021. Desta forma, a Administração de Nova Russas/CE busca não apenas preencher a demanda identificada, mas também implementar uma solução de impacto positivo para o desenvolvimento esportivo e social da comunidade.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado, conforme art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, é crucial para o planejamento da contratação de profissionais para a implementação e desenvolvimento de programas esportivos no município de Nova Russas. Este processo visa prevenir práticas antieconômicas e embasar a solução contratual, alinhado aos princípios dos arts. 5º e 11, de forma neutra e sistemática.

Para determinar a natureza do objeto da contratação, é possível identificar que se trata da prestação de serviços de profissionais especializados. Tal conclusão advém da análise das atividades descritas na "Descrição da Necessidade da Contratação", que envolvem serviços de coordenação pedagógica e ensino esportivo.

A pesquisa de mercado envolveu consultas a três fornecedores/prestadores potenciais, abrangendo faixas de preços e prazos estimados sem identificação de empresas. Valores observados variam de acordo com a experiência dos profissionais e a especificidade dos serviços dentro dos parâmetros definidos. Em comparação com contratações similares de outros municípios e órgãos, os formatos de contratação variam entre prestação direta de serviço e terceirização, com diferentes modelos contratuais e faixas de valores. As informações adicionais de fontes públicas, como o Painel de Preços e Comprasnet, corroboram as tendências do setor e os custos médios envolvidos. Identificou-se também avanços na utilização de tecnologias para acompanhamento remoto e gestão de atividades esportivas.

Na apresentação e comparação das alternativas, considerou-se o seguinte: terceirização via empreiteira especializada na gestão de programas esportivos, desenvolvimento interno com recursos humanos do município, além de eventual cooperação intermunicipal para compartilhamento de serviços. As alternativas foram analisadas quanto aos critérios técnicos, operacionais, econômicos e de sustentabilidade, sem qualquer juízo prévio sobre fornecedores específicos.

A terceirização se destacou como alternativa mais vantajosa, justificada pela eficiência e economicidade. Esta oferece flexibilidade operacional, adequa-se ao dinamismo do mercado e apresenta sólida capacidade de recurso humano especializado. Alinha-se aos 'Resultados Pretendidos', projetando menor custo total de propriedade e facilidade na manutenção da continuidade da execução dos programas.

Diante disso, recomenda-se a abordagem por meio de contratação de serviços de terceiros. Esta estratégia assegura competitividade e transparência nos processos de contratação, resguardando os interesses públicos do município, conforme preceituam os arts. 5º e 11 da Lei de Licitações, sem antecipar a modalidade de licitação específica. Esta prática garante que os objetivos do convênio e a eficiência das atividades sejam plenamente executados para o benefício da comunidade de Nova Russas.





5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta visa a contratação de profissionais especializados para a implementação e desenvolvimento de programas esportivos no município de Nova Russas/CE, conforme estabelecido no Convênio nº 950620/2023, em parceria com o Ministério do Esporte (MESP) e a Prefeitura Municipal de Nova Russas. Esta iniciativa endereça a necessidade de promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo na comunidade, propiciando à população acesso regular a atividades esportivas estruturadas que melhoram a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos.

Os elementos a serem contratados compreendem os serviços de um Coordenador Pedagógico, Professores de Educação Física, e Monitores Acadêmicos de Educação Física. O Coordenador Pedagógico, profissional de nível superior com experiência pedagógica, será responsável por supervisionar e orientar a elaboração de propostas pedagógicas, articulando com o coordenador-geral o planejamento das atividades. Os Professores de Educação Física organizarão e conduzirão as atividades nos núcleos, assegurando o alinhamento com a proposta pedagógica e a qualidade das aulas. Já os Monitores Acadêmicos, estudantes de graduação, darão apoio às atividades sob orientação do professor responsável, zelando pela segurança e eficácia das práticas desportivas.

A integração destes profissionais assegura que os programas esportivos sejam desenvolvidos com qualidade técnica, promovendo tanto o esporte de rendimento quanto o educacional e de participação, conforme análise do levantamento de mercado que sustentou a viabilidade e adequação da solução. A contratação proposta atende aos objetivos de eficiência e interesse público definidos pela Lei nº 14.133/2021, representando a alternativa mais técnica e operacionalmente adequada, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	Coordenador Pedagógico - Profissional de nível superior da área de educação física ou esporte, com experiência pedagógica para coordenação, supervisão e orientação na elaboração de propostas pedagógicas.	1,000	Serviço
2	Professor de Educação Física - Profissional de nível superior da área de Educação Física ou Esporte, responsável pela organização, condução e desenvolvimento das atividades nos núcleos.	3,000	Serviço
3	Monitor Acadêmico de Educação Física - Estudante de graduação regularmente matriculado em cursos de Educação Física ou Esporte para apoio às atividades esportivas, exclusivamente sob orientação e condução do professor responsável pelo núcleo.	6,000	Serviço

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
------	-----------	------	------	---------------	----------------





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	Coordenador Pedagógico - Profissional de nível superior da área de educação física ou esporte, com experiência pedagógica para coordenação, supervisão e orientação na elaboração de propostas pedagógicas.	1,000	Serviço	2.562,00	2.562,00
2	Professor de Educação Física - Profissional de nível superior da área de Educação Física ou Esporte, responsável pela organização, condução e desenvolvimento das atividades nos núcleos.	3,000	Serviço	2.149,00	6.447,00
3	Monitor Acadêmico de Educação Física - Estudante de graduação regularmente matriculado em cursos de Educação Física ou Esporte para apoio às atividades esportivas, exclusivamente sob orientação e condução do professor responsável pelo núcleo.	6,000	Serviço	1.286,00	7.716,00

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 16.725,00 (dezesseis mil, setecentos e vinte e cinco reais)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento do objeto da contratação, conforme previsto no art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, busca ampliar a competitividade, um dos objetivos centrais do processo licitatório conforme art. 11. Essa análise é obrigatória no Estudo Técnico Preliminar conforme art. 18, §2º. No presente caso, a divisão por itens, lotes ou etapas deve ser tecnicamente avaliada, considerando-se a conjuntura apresentada na 'Seção 4 - Solução como um Todo', bem como os critérios de eficiência e economicidade estabelecidos pelo art. 5º da mesma lei.

A possibilidade de parcelamento do objeto adquire sustentação quando a análise do mercado revela a existência de fornecedores especializados capazes de atender partes distintas da contratação. Essa divisão pode possibilitar maior competitividade, alinhando-se ao art. 11. Além disso, a fragmentação pode engajar positivamente o mercado local e se traduzir em ganhos logísticos, beneficiando-se das demandas dos setores envolvidos e das revisões técnicas realizadas.

Entretanto, mesmo quando o parcelamento é viável, por vezes a execução integral se demonstra mais vantajosa, conforme especifica o art. 40, §3º. Isso ocorre ao permitir a economia de escala, favorecer uma gestão contratual eficiente e coesa, preservar a funcionalidade de um sistema único e integrado, ou seguir a padronização e exclusividade de fornecedores. Desta forma, a consolidação reduz riscos à integridade técnica e facilita a centralização da responsabilidade contratual, aspectos essenciais em serviços especializados como os de implementação e desenvolvimento de programas esportivos.

Os impactos na gestão e fiscalização do contrato decorrente dessa decisão merecem cuidadosa atenção. A execução consolidada simplifica a gestão contratual, facilitando a preservação da responsabilidade técnica. Em contrapartida, o parcelamento poderia amplificar a qualidade e o acompanhamento de entregas descentralizadas, mas tende a incrementar a complexidade administrativa, exigindo





considerável capacidade institucional.

Conclui-se que, considerando os elementos analisados, a execução integral se alinha como a alternativa mais vantajosa para a Administração. Essa decisão está de acordo com os objetivos descritos na 'Seção 10 - Resultados Pretendidos', mantendo o foco na economicidade e competitividade asseguradas pelos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, respeitando ainda os critérios pertinentes do art. 40.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação de profissionais para a implementação e desenvolvimento de programas esportivos no município de Nova Russas está fundamentada na necessidade de fomentar o desenvolvimento esportivo e social da comunidade, conforme descrito na 'Descrição da Necessidade da Contratação'. Entretanto, esta contratação não foi prevista no Plano de Contratação Anual (PCA), sendo resultado de demandas imprevistas que emergiram da oportunidade de parceria com o Ministério do Esporte. Este contexto imprevisto justifica a ausência da previsão no PCA, conforme disposto no artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

Para mitigar esse desajuste e garantir a conformidade futura, serão adotadas ações corretivas, como a inclusão dessa demanda na próxima revisão do PCA e a implementação de uma gestão de riscos mais abrangente. Tais medidas asseguram que as contratações futuras estejam mais alinhadas ao planejamento estratégico e diretor de Nova Russas, promovendo coerência, eficiência e economicidade em conformidade com os artigos 5º e 11 da referida lei.

O alinhamento parcial dessa contratação, com as devidas medidas corretivas, reforça a contribuição para resultados vantajosos e competitividade, conforme estipulado no artigo 11. Com isso, busca-se transparência no planejamento e a adequação aos objetivos do convênio estabelecido, assegurando que os resultados pretendidos sejam atingidos de forma eficiente.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de profissionais para a implementação e desenvolvimento de programas esportivos em Nova Russas/CE, por meio do Convênio nº 950620/2023, tem por objetivo promover um impacto positivo significativo para o município. Os resultados esperados incluem a melhora considerável da qualidade de vida dos cidadãos, fomentada pela prática esportiva regular e pelas oportunidades oferecidas por programas esportivos estruturados. Com base na Lei nº 14.133/2021, em especial os arts. 5º e 18, §1º, inciso IX, esta contratação surge como essencial para a otimização dos recursos institucionais tanto humanos quanto materiais e financeiros, reforçando o compromisso com a economicidade e eficiência. A necessidade pública está bem delineada pela crescente demanda por atividades esportivas, conforme descrito em 'Descrição da Necessidade da Contratação'. A solução escolhida visa alcançar um equilíbrio ideal entre qualidade e custo, fundamentando-se na pesquisa de mercado que identificou as melhores práticas e profissionais disponíveis. Os resultados pretendidos compreendem, principalmente, a redução de custos operacionais associados à contratação avulsa de serviços esportivos e o aumento da eficiência nos





processos de implementação dos programas esportivos, resultando em menos retrabalho e melhor organização. Os recursos humanos serão mais bem aproveitados através da racionalização de tarefas e capacitação direcionada, enquanto os recursos materiais e financeiros serão otimizados pela redução de desperdícios e subutilização, além de ganhos de escala proporcionados pela centralização e padronização de processos. A pesquisa de mercado fundamenta que a competitividade promovida pela contratação, em conformidade com o art. 11 da mesma lei, resultará em preços mais ajustados ao mercado, favorecendo o alcance de economias quantificáveis. Em termos de monitoramento, a adoção de um Instrumento de Medição de Resultados (IMR) está prevista para acompanhar o desempenho dos programas implementados. Este mecanismo permitirá a quantificação dos benefícios, como economias percentuais e horas de trabalho reduzidas, comprovando os ganhos estimados e embasando o relatório final da contratação. Assim, o dispêndio público é justificado não somente como uma medida para atender a demanda atual, mas como uma estratégia contínua de promoção de eficiência, alinhada aos objetivos institucionais definidos pelo art. 11 e garantindo que o investimento retorne em benefícios tangíveis para a comunidade de Nova Russas.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Antes da formalização do contrato, a Administração deverá adotar providências internas essenciais para a eficiente execução da contratação e o alcance dos objetivos previstos, conforme descrito na necessidade da contratação. Tais ações asseguram a mitigação de riscos e a promoção do interesse público, integrando o planejamento à definição da solução e ao modelo de execução contratual. Serão descritos os ajustes físicos, tecnológicos ou organizacionais que poderão ser necessários no ambiente onde o objeto será executado, como a instalação de infraestrutura e a adequação de espaço físico, justificando sua importância para viabilizar os benefícios esperados. Estas ações preparatórias serão elaboradas em um cronograma detalhado, especificando as etapas, responsáveis e prazos, observado na ABNT NBR 14724:2011, destacando que sua ausência pode comprometer a execução contratual, por exemplo, introduzindo riscos à segurança operacional ou à instalação de equipamentos.

A capacitação dos agentes públicos para a gestão e fiscalização do contrato será realizada conforme as disposições específicas, e abará treinamento técnico em ferramentas e práticas recomendadas, assegurando que os resultados esperados sejam atingidos. Essa capacitação será segmentada conforme os perfis dos agentes, como gestores, fiscais e técnicos, de acordo com a complexidade da execução contratual, prevendo a metodologia adequada e, se aplicável, organizando em listas ou cronogramas conforme a ABNT (NBR 14724:2011). Integradas ao Mapa de Riscos como estratégias preventivas de mitigação, essas ações colaborarão com a unidade de gestão de riscos ou controle interno, quando existente, assegurando que prazos, qualidade ou conformidade legal não sejam comprometidos, viabilizando assim os benefícios planejados.

Essas ações preparatórias serão indispensáveis para viabilizar a contratação e garantir os resultados esperados, otimizando os recursos públicos e promovendo uma governança eficiente, conforme os ditames do interesse público. Todo o processo será alinhado com os objetivos almejados nos 'Resultados Pretendidos', com justificação técnica para a ausência de providências específicas, caso não sejam necessárias, como no caso de objetos simples que dispensem ajustes prévios.





12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Na análise para a contratação de profissionais para implementação e desenvolvimento de programas esportivos no município de Nova Russas/CE, a escolha entre a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) e a contratação tradicional deve basear-se em critérios técnicos, econômicos, operacionais e jurídicos. A descrição da necessidade da contratação enfatiza a importância de garantir profissionais qualificados para a promoção do esporte como ferramenta de inclusão e melhoria da qualidade de vida no município, parceria esta firmada entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal de Nova Russas.

Embora o SRP ofereça vantagens como economia de escala, preços pré-negociados e redução de esforços administrativos, suas características de padronização e entregas fracionadas não se alinham diretamente com as especificidades do objeto de contratação, que requer profissionais especializados para um projeto específico. A natureza da demanda é pontual, visando um projeto definido com quantidades específicas de coordenadores e professores, o que favorece uma contratação tradicional. A presença de uma demanda conhecida e fixa aponta para a eficiência de uma licitação específica, assegurando uma gestão mais direta sobre as qualificações e contratações necessárias.

Do ponto de vista econômico, a comparação entre os custos estimados na contratação tradicional e os potenciais benefícios de economia de escala do SRP sugerem que, para uma contratação com necessidades definidas, os ganhos do SRP podem ser menos impactantes do que a segurança econômica obtida em uma contratação direta com especificidade de objeto. O levantamento de mercado realizado e a demonstração de vantajosidade apoiam a escolha da modalidade que permite uma gestão mais personalizada das demandas, maximizando o retorno financeiro ao atender exatamente às necessidades estabelecidas pelo convênio.

Além disso, a ausência de um Plano de Contratação Anual para este processo reduz a previsibilidade de reaplicação de soluções padronizadas que o SRP poderia facilitar, reforçando a adequação de uma abordagem direta para a contratação em questão. O interesse público na seleção de profissionais competentes e experientes, capazes de impulsionar o desenvolvimento esportivo de forma sustentada e imediata, indica que a contratação tradicional é adequada para otimizar recursos e assegurar eficiência e agilidade na execução do projeto, em alinhamento com o interesse público e os objetivos destacados pela Lei nº 14.133/2021.

13. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

A participação de consórcios na contratação é admitida como regra, conforme o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, salvo vedação fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), tratando-se, portanto, de uma decisão que deve harmonizar-se com o planejamento da contratação, conforme art. 18, §1º, inciso I. A análise deve considerar a viabilidade e a vantajosidade do consórcio com base em critérios técnicos, operacionais, administrativos e jurídicos, alinhando-as à descrição da necessidade da contratação.





Neste caso específico, relacionado à contratação de profissionais para a implementação e desenvolvimento de programas esportivos no município de Nova Russas/CE, a avaliação inicial permite insinuar que a participação de consórcios seja potencialmente necessária, em função das demandas variadas e do potencial de agregar competências especializadas de forma conjunta.

A natureza do objeto, que envolve múltiplas especialidades e um elevado grau de coordenação técnica e pedagógica, favorece a formação de consórcios, dado que isso facilitaria o somatório de capacidades necessárias e viabilizaria uma execução mais eficiente. Considera-se que a agrupação de empresas sob um consórcio pode oferecer maiores garantias de cumprimento dos requisitos técnicos e financeiros demandados, especialmente diante da relevância dos programas esportivos para a inclusão social e a melhoria educacional e comportamental.

Em contraste, vale considerar que estruturas consorciadas podem, em certas circunstâncias, aumentar a complexidade da gestão e fiscalização do contrato. Deve-se ponderar, portanto, se as vantagens potenciais de robustez e diversificação técnica e administrativa superam as eventuais dificuldades e custos administrativos acrescidos. Conforme previsto no art. 15, os consórcios exigem o compromisso de constituição formal, a escolha de uma empresa líder e a responsabilidade solidária, o que, embora possa beneficiar a segurança jurídica do processo, também demanda uma gestão afinada e capacitada de tais arranjos complexos.

Em última análise, a compatibilidade ou não da contratação de consórcios deve ser guiada pelos princípios de eficiência, economicidade e interesse público, preconizados no art. 5º da mesma lei, sempre atentos aos resultados pretendidos e à vantagem técnica e econômica potencialmente decorrente da soma de especializações. Conclui-se preliminarmente pela admissão controlada de consórcios como a alternativa mais adequada, sendo a decisão final fundamentada tecnicamente pelo ETP, sempre respeitando os critérios do art. 15 e a conformidade com o art. 18, §1º, inciso I.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

É essencial considerar contratações correlatas e interdependentes ao planejar a contratação de profissionais para implementação e desenvolvimento de programas esportivos no município de Nova Russas/CE. Tais contratações envolvem objetos similares ou complementares à solução pretendida, além de contratações que possam precisar acontecer antes ou simultaneamente para garantir a eficácia do projeto. Analisando essas inter-relações, a Administração Pública pode implementar estratégias para otimização de recursos, assegurar o uso eficiente dos fundos públicos e evitar redundâncias ou conflitos que poderiam comprometer a execução do contrato. Este foco está alinhado aos princípios de eficiência, economicidade e planejamento estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A análise das contratações passadas, presentes e futuras relacionadas a esta solução revela que a contratação para programas esportivos pode se beneficiar do alinhamento com outras ações da prefeitura, como uso compartilhado de infraestrutura existente, como quadras esportivas, e a integração com eventos municipais já planejados. É importante verificar se existe a necessidade de substituição ou ajuste em contratos em vigor que tratem de prestação de serviços de manutenção ou fornecimento de materiais esportivos, garantindo continuidade e sinergia. Além disso,





a operacionalização dessa solução pode depender de serviços pré-existentes, como transporte ou adequação de instalações esportivas públicas, assegurando que tais necessidades sejam previamente planejadas e ajustadas com as especificações logísticas e operacionais do projeto em questão.

Diante do que foi encontrado, conclui-se que não há contratações específicas em andamento que demandem ajustes ou transição direta com o projeto proposto. No entanto, o alinhamento com a disponibilidade e adequação atual das infraestruturas esportivas do município é um ponto crucial, e deve-se garantir que todos os serviços de apoio estejam em perfeito sincronismo para a execução dos programas esportivos. Caso não existam contratações correlatas significativas, este fato precisa ser registrado claramente, conforme §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que todos os esforços estejam focados em suprir exclusivamente as necessidades agora identificadas.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação de profissionais para a implementação e desenvolvimento de programas esportivos em Nova Russas/CE possui potenciais impactos ambientais limitados, considerando a natureza predominantemente operacional e educacional do projeto. No entanto, deve-se observar a geração de resíduos comuns em atividades esportivas, como materiais plásticos e papel, além do uso de recursos energéticos nas instalações onde os programas serão realizados. É imprescindível a adoção de práticas sustentáveis, como a utilização de materiais biodegradáveis e recicláveis para minimizar impactos, seguindo a diretriz estabelecida no art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021.

O consumo de energia nas instalações esportivas pode ser otimizado através de medidas como a instalação de iluminação eficiente de baixo consumo, preferencialmente com produtos que possuam selo Procel A, que auxilia na redução significativa do consumo elétrico. Tais medidas são fundamentais para garantir um planejamento sustentável, conforme art. 5º e art. 12, focando na eficiência energética e na diminuição do impacto ambiental durante o funcionamento dos programas.

A logística reversa deve ser uma prática incorporada no tratamento de resíduos sólidos gerados nas atividades, promovendo a retomada e reciclagem de materiais como garrafas PET, embalagens plásticas e equipamentos esportivos desgastados. A parceria com empresas locais de coleta e reciclagem pode facilitar o processo, otimizando o desfazimento de rejeitos e atendendo às boas práticas de sustentabilidade, conforme descrito no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Além disso, o planejamento das atividades deve incluir a disposição de lixeiras para coleta seletiva nos locais de prática esportiva, incentivando a participação ativa de professores, alunos e responsáveis na gestão de resíduos, promovendo conscientização ambiental clara e pragmática. A manutenção e a conservação das instalações devem estar alinhadas ao uso responsável de água e energia, evitando desperdícios e ampliando a vida útil das infraestruturas.

Concluimos que essas medidas são essenciais para mitigar os impactos ambientais dos programas esportivos, otimizando o uso dos recursos disponíveis de forma





eficiente e garantindo que os resultados pretendidos atendam às exigências de sustentabilidade e eficiência estabelecidas na legislação vigente, alinhando-se com os objetivos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de profissionais para a implementação e desenvolvimento de programas esportivos no município de Nova Russas/CE, conforme delimitada ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, é viável e amplamente vantajosa para atender aos interesses públicos identificados. Estas conclusões decorrem da análise detalhada de aspectos técnicos, econômicos, operacionais e jurídicos abordados nas seções prévias, todos eles embasados nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às obrigações expostas no art. 18, §1º, inciso XIII.

Do ponto de vista técnico, a necessidade de profissionais qualificados, como coordenador pedagógico, professores de educação física e monitores acadêmicos, é fundamentada pela falta de recursos humanos qualificados dentro da atual estrutura do município. A pesquisa de mercado corrobora a viabilidade de atrair profissionais competentes capazes de desenvolver as atividades previstas, com valores adequados que se configuram dentro do padrão econômico desejado.

Economicamente, a contratação é justificada pela estimativa de valores apresentados, os quais foram cuidadosamente calculados a partir de benchmarks de mercado. A inexistência de um Plano de Contratação Anual reforça a necessidade de realizar esta contratação para não prejudicar o planejamento estratégico da Administração, alinhado conforme disposto no art. 40 da Lei. A busca por economicidade e eficiência, como exige o art. 5º, é central nesta decisão, prevendo-se um retorno positivo com o investimento em potencial humano.

Operacionalmente, a implementação desses programas esportivos contribuirá significativamente para o desenvolvimento social e econômico do município, atendendo aos resultados pretendidos no que tange à inclusão social e à promoção de saúde e bem-estar comunitário. A adequação ao planejamento estratégico do órgão, ainda que sem o referido Planejamento Anual, confere a esta contratação a devida conformidade com os princípios da vantajosidade e eficiência, como sustentam os arts. 5º e 11 da Lei.

Face aos riscos mitigados ao longo deste relatório, não há barreiras jurídicas que impeçam a realização da contratação. Diante destes argumentos e pela viabilidade observada, recomenda-se a continuidade do processo licitatório, conforme os parâmetros legais e operacionais definidos. Esta decisão deverá ser incorporada à base do processo de contratação, servindo de orientação para a autoridade competente, garantindo assim que os propósitos definidos pelo Convênio sejam plenamente alcançados, sempre respeitando o interesse público e os objetivos legais expressos na Lei nº 14.133/2021.





Nova Russas
PREFEITURA

Gestão
de Todos

+Empenho
+Resultados



Nova Russas / CE, 9 de junho de 2025

Guilherme Vieira Pinto da Silva
GUILHERME VIEIRA PINTO DA SILVA

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Rua Padre Francisco Rosa, 1388
Centro - CEP 62200-000 - Nova Russas/CE
68 3672-1920 • www.novarussas.ce.gov.br

f @ @prefeituradenovarussas